

3

Personagens da memória institucional do Itamaraty: o lugar de mitos políticos na (re)produção de uma tradição

Na introdução, apresentei os diversos usos que a idéia de “tradição” compreende quando é manipulada nos discursos políticos - a função de justificar e, muitas vezes, a de despolitizar uma decisão de política externa por meio do recurso a diretrizes supostamente consolidadas pela tradição da instituição; o julgamento sobre ações e decisões por meio de elementos que caracterizariam tradicionalmente a inserção e atuação do Brasil no cenário internacional; entre outros – e propus uma chave de leitura que perceba a idéia de “tradição” como resultante da constante construção e atualização da memória institucional do Itamaraty, processo do qual ela é convenientemente dissociada.

Neste capítulo apresento os mecanismos pelos quais a instituição constrói o momento fundacional da sua tradição, isto é, da sua memória institucional, pelo recurso à criação de personagens que representem simultaneamente os princípios da moderna diplomacia brasileira e as opções de inserção internacional que serão resgatadas e debatidas ao longo do século XX. Veremos como a elaboração dessa memória institucional é beneficiada por uma simbiose inicial na formação do campo de estudos de política externa entre a atuação intelectual dos diplomatas e a formação da academia científica brasileira e como ela é estruturada a partir de uma narrativa que despolitiza a ação de seus personagens e confere aos seus sistemas conceituais caráter trans-histórico e, por isso, flexibilidade para ser resgatada e re-interpretada quando o recurso à tradição torna-se necessário.

3.1.

Do oficial ao oficioso: memória institucional e história da política externa brasileira

Por muito tempo, a história da política externa brasileira foi majoritariamente a própria história do Ministério das Relações Exteriores. De objeto principal dessa história, o Itamaraty transformou-se em *locus* privilegiado

de produção do estudo das relações exteriores do Brasil por meio de autores e obras que destacavam a conduta de diplomatas a serviço de sucessivos governos brasileiros e que consolidaram interpretações correntes ainda hoje.¹²⁴

Isso não significa apenas dizer que o desenvolvimento da história diplomática brasileira obedeceu a um desenvolvimento já em curso nas demais áreas das ciências no Brasil do Oitocentos, ou seja, a promoção do Estado com o objetivo de criar uma história nacional e de uma determinada idéia de nacionalidade para um território órfão de nação, iniciativas estas que certamente se traduziriam, por exemplo, na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. Nesse sentido, identificar que o desenvolvimento da História Diplomática no Brasil foi durante todo o século XIX e início do século XX alimentado por diplomatas que, por atuarem no exterior, tinham acesso facilitado a bibliotecas e centros de documentação europeus e que, por isso, poderiam exercer certo interesse natural em pesquisar e produzir sobre as relações internacionais do nascente Estado ao qual serviam¹²⁵, não basta para explicar porque sobrevive o intercâmbio entre o campo de atuação de política externa e o campo de estudos que se dedica a este objeto.

Assim, a produção da história da política externa brasileira, especialmente a história sobre o período que será analisado neste capítulo e no seguinte – a gestão do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores – permaneceu, em grande medida, se não mais restrita a esse *locus* de produção, intimamente associado a ele¹²⁶. Ao processo de racionalização e burocratização do serviço diplomático¹²⁷, seguiu-se um movimento de resguardo de elementos intelectuais na corporação¹²⁸ a partir da criação do Instituto Rio Branco em 1945, posteriormente transferido do Rio de Janeiro para Brasília, em 1970. Na nova capital, a formação dos futuros burocratas ocorreria em paralelo e em íntimo diálogo com o desenvolvimento da academia de ciências sociais e, principalmente, da área de Relações Internacionais¹²⁹ com intercâmbio de quadros profissionais e diálogo na produção analítica. Nesse processo, a consolidação da

¹²⁴ Ver, por exemplo, Cervo e Bueno, 2008, e Pinheiro, 2004.

¹²⁵ Malatian, 1999, 2001 e 2004.

¹²⁶ Esse tema é analisado com maiores detalhes em Pinheiro e Vedoveli, 2010.

¹²⁷ Cheibub, 1984, 1985.

¹²⁸ Santos, 2005 (a) e 2005(b).

¹²⁹ Lessa, 2006, 2005(a), 2005(b) e 2005 (c), Almeida, 1993, 1998 e 2006.

área fortaleceria esse tipo de diálogo em que conceitos políticos se transformariam em categorias analíticas¹³⁰ e estas, por sua vez, poderiam servir para justificar o uso apolítico de conceitos autorizando o recurso à idéia da tradição.

Há vários efeitos perceptíveis desse intercâmbio na produção das últimas décadas sobre a história da política externa brasileira. Primeiramente, temos a narrativização dessa história por meio de dois conceitos opostos: “mudança” e “continuidade”. Em seguida, temos a divisão da história republicana da política externa por meio de períodos que se caracterizam pela adoção de um dos dois paradigmas disponíveis de atuação internacional consolidados pela literatura: o *americanismo* e sua contraparte, o *globalismo*¹³¹. Para além da utilização desses dois pares de conceitos opostos como recurso para domesticar as dinâmicas históricas de inserção internacional, um terceiro efeito – e o mais importante para este capítulo – será a corroboração, no campo acadêmico de estudos de política externa, de uma série de mitos que conformam a mitologia de fundação da tradição diplomática brasileira.

Os dois primeiros efeitos são complementares. Nessa narrativa, a mudança é inserida no processo de continuidade de forma a não disputar alguns princípios básicos do conteúdo da tradição. Dessa forma, ela se apresenta como um resgate de características da tradição não aproveitadas no seu momento de fundação; por isso, não são consideradas como rupturas aos princípios de política externa estabelecidas desde a gestão de Rio Branco. Nesse sentido, a mudança passa a ser subscrita a outros componentes da tradição de forma a preservar a percepção de continuidade às idéias desenhadas no momento de construção da moderna diplomacia brasileira.

Participa também dessa dinâmica o emprego dos conceitos de “americanismo” e “globalismo” como paradigmas de análise de política externa. Estes, contudo, não são utilizados apenas para explicar a política externa de forma retrospectiva, como são usados como princípios norteadores da ação em política externa e funcionam, em seu emprego analítico e/ou orientador, como conceitos que (re)estabelecem uma tradição por meio das “[...] teorias de ação diplomática,

¹³⁰ Para a distinção entre conceitos políticos e sociais e categorias analíticas, ver Koselleck, 2006.

¹³¹ Ver, por exemplo, Lima e Moura, 1982, Lima, 1994 e Pinheiro, 2000.

constituídas por um conjunto mais ou menos articulado de idéias-base, que podem ou não estar respaldados em visões ou teorias já existentes”¹³². Sobre os paradigmas, afirma Leticia Pinheiro que

[h]á muito que a política externa do século XX – ou, pelo menos, de grande parte deste século – vem sendo analisada a partir do que se identificou como seus dois paradigmas diplomáticos [...]. Assim, a partir da gestão do barão do Rio Branco (1902-1912) até o início do governo do presidente Collor de Mello (1990), a política externa teria oscilado entre o *americanismo* e o *globalismo*, quando então teríamos inaugurado um novo tempo na política e na economia nacionais responsável pela crise final de ambos.¹³³

Dessa forma, os conceitos-categorias de *paradigma americanista* e *paradigma globalista* foram e continuam sendo utilizados para explicar as escolhas da política externa brasileira desde a Primeira República até pelo menos meados da década de 1990¹³⁴. Enquanto o “paradigma americanista” remontaria genealogicamente ao início do período republicano, quando estas idéias-base de ação diplomática teriam sido instituídas como princípios de orientação por Joaquim Nabuco e, especialmente, Rio Branco, o “paradigma globalista” teria sido instituído em contraposição a ele, pois

[e]nquanto o *americanismo* foi definido como um paradigma que concebia os Estados Unidos como eixo da política externa, donde uma maior aproximação a Washington elevaria os recursos de poder do país, aumentando assim sua capacidade de negociação, o *globalismo*, concebido como uma alternativa ao anterior, contrapunha a esta tese aquela que elegia a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para o aumento de seu poder de barganha no mundo, inclusive junto aos Estados Unidos (Lima, 1994:35-36).¹³⁵

Baseada nesses paradigmas, portanto, a história da política externa é contada por meio de periodizações construídas com base nas escolhas de inserção internacional disponíveis aos seus operadores. Contudo, quando estas disputam alguns dos pressupostos anunciados em seu momento fundador, compete

¹³² Lima *apud* Silva, 1998, p.99, nota 5.

¹³³ Pinheiro, *op. cit.*, p.308, grifos no original.

¹³⁴ Fragomeni, 1997; Lafer, 2001; Moura, 1980, *inter alia*.

¹³⁵ Pinheiro, *op. cit.*, p.308.

estabelecer vertentes que absorvam essas diferenças - como o “americanismo ideológico” ou o “americanismo pragmático”, ambos associados a uma aproximação especial com os Estados Unidos no cenário internacional. A análise paradigmática¹³⁶ torna-se, assim, também uma maneira de conformar os processos de mudança nas escolhas e ações de política externa dentro de princípios de continuidade que não contestariam os fundamentos da tradição.

Por outro lado, o emprego dos paradigmas como elementos de análise contribuiu para autorizar os mitos políticos que constituem a mitologia encarregada de narrar o processo de desenvolvimento da moderna diplomacia brasileira. Esta é, inevitavelmente, associada à figura do Barão do Rio Branco e a sua gestão como ministro das Relações Exteriores durante a Primeira República. Como veremos, diversos princípios e elementos que posteriormente serão associados à estrutura burocrática e organizacional do Itamaraty e ao seu perfil de atuação serão atribuídos à gestão do Barão, ou melhor, às suas iniciativas pessoais, quando o chanceler reforma o serviço diplomático e estabelece diretrizes de associação com as repúblicas da América, deslocando o eixo de atuação da política externa brasileira de Londres a Washington.

A narrativa oficiosa afirma que o momento de constituição do primeiro paradigma, o *americanista*, data exatamente da gestão do Barão quando este - em associação com a figura do embaixador Joaquim Nabuco, encarregado de implementar suas idéias em Washington - pela primeira vez na história das relações internacionais do Brasil teria tido o espírito visionário de não só perceber a ascensão dos Estados Unidos como potência mundial, mas ainda de gestar uma diretriz de associação especial com a nova potência que possibilitaria a realização dos interesses nacionais ao servir de capital simbólico para gerenciar os conflitos de fronteira com as repúblicas vizinhas da América do Sul. Nessa narrativa, Nabuco é ainda o executor das estratégias de Rio Branco, um idealista apaixonado empregado pelo chanceler pela força de suas convicções que simboliza o consenso em torno do projeto político de inserção. Esta idéia de apartidarização e

¹³⁶ Para uma defesa da análise paradigmática no campo de estudos de política externa brasileira, ver Cerro, 2003 e 2008.

apolitização¹³⁷ do projeto político que o chanceler procurava implementar contribuiu para que ela fosse posteriormente narrada como um sucesso e para que servisse como referência aos demais chanceleres em seu projeto de americanização¹³⁸ da política externa até o início da década de 1960, quando este é substituído pela implantação da Política Externa Independente (PEI), confirmando uma narrativa que privilegia o aspecto de continuidade.

Tal narrativa está cercada de mitos políticos envolvendo as figuras de Rio Branco, Nabuco e do seu principal opositor, Manuel de Oliveira Lima, apelidado de “o dissidente” e “Dom Quixote gordo”.¹³⁹ O emprego dos paradigmas, dessa forma, consolida no campo de estudos de política externa uma versão que é cara ao processo de construção da memória institucional ao associar ao período de gestão do Barão uma série de princípios¹⁴⁰ que serão posteriormente atualizados e re-significados de acordo com os projetos políticos do presente de forma a manter filiação ao patrono do Ministério. Como veremos, este processo dependerá, por um lado, de certo silêncio acerca dos processos políticos dos quais estes atores participaram e de sua transformação em personagens e, por outro, da des-historicização dos conceitos e das idéias que estes produziram e que se transformaram em princípios e/ou em paradigmas de política externa a serviço de sua contínua atualização e re-significação.

3.2.

O Panteão da Memória: Personagens e Enredos da Primeira República

A construção da memória institucional do Itamaraty ocorre sobre fatos e versões acerca da gestão do Barão do Rio Branco na Primeira República (1002-1912). A partir dessa definição espaço-temporal o palco está, assim, montado. Por sua parte, o enredo que veremos executado será continuamente contado e

¹³⁷ A concepção de que a política externa não participava dos processos políticos do ambiente doméstico e que os diplomatas atuavam acima dessas disputas tendo apenas em vista o interesse nacional já era desenvolvida desde o Império e foi empregada continuamente durante a Primeira República. Essa idéia, utilizada especialmente como propaganda, foi endossada por alguns estudiosos de política externa. Ver, por exemplo, Andrade, 1978, Nogueira, 2010.

¹³⁸ Sobre o processo de americanização, ver item 4.3 do capítulo seguinte.

¹³⁹ Ver por exemplo, Almeida, 2003 e 2004.

¹⁴⁰ Silva, 1995, p.98.

recontado pela instituição nos cadernos da “tradição”. E não há dúvidas sobre os personagens protagonistas desse enredo, aqueles que veremos seguidamente ocupar seus lugares no palco montado: entrará em cena o patriarca da instituição - o Barão do Rio Branco; seguido pelo herói do processo de americanização, o idealista Joaquim Nabuco; e o clímax ficará a cargo do nosso anti-herói, a ovelha negra da instituição, o dissidente e quixotista Manuel de Oliveira Lima.

3.2.1.

Ato I: Entra em cena o Barão

Em livro publicado em 2007, Cristina Patriota de Moura argumentou que as relações produzidas e reproduzidas no âmbito do Instituto Rio Branco (IRBr) destinavam-se a manter a estrutura diferenciada que organiza os quadros da instituição: estes não estariam ligados uns aos outros apenas por critérios racionais e hierárquicos, mas apresentariam uma forte associação que invocaria relações simbólicas de parentesco, nos quais o patriarca e patrono seria justamente o Barão do Rio Branco, fundador da moderna *Casa*.

Para pensarmos Rio Branco hoje, é necessário termos em conta que este nome é o principal recurso simbólico através do qual os diplomatas brasileiros pensam suas carreiras, sua instituição e a relação destas duas com a construção nacional. Rio Branco está presente em forma de bustos espalhados pelo Palácio Itamaraty em Brasília e no Rio, dá nome à ordem honorífica da diplomacia brasileira, empresta seu aniversário ao Dia do Diplomata, quando, após o hino nacional se toca o Dobrado de Rio Branco, nomeia o Instituto responsável pela formação dos diplomatas brasileiros e, finalmente, intitula a própria instituição, que se autodenomina Casa de Rio Branco, em uma metáfora que invoca relações de parentesco dinásticas. **Rio Branco é, portanto, sinônimo da tradição na diplomacia brasileira, que se distingue por um *ethos* específico.**¹⁴¹

Rio Branco - *pai* e *patrono* – é emblema da tradição da instituição. Ocupa, no panteão, a cabeceira da mesa, sendo o primeiro a entrar em cena. Veremos que os demais personagens assumirão posições em função do Barão, instituindo uma árvore genealógica que encontra em Alexandre de Gusmão, lembrado - assim

¹⁴¹ Moura, 2000, p.82.

como o próprio Barão por seu papel na solução de conflitos fronteiriços - por resolver as disputas luso-espanholas sobre o território americano.¹⁴² Essa tradição, contudo, precisou ser inventada no processo de construção da memória institucional durante o qual o agente histórico *José Maria da Silva Paranhos Júnior* (1845-1912) é transformado no “Barão”. Seu personagem é criado a partir do título nobiliárquico que este possuía em vida, mas que passou para a posteridade como sinônimo do perpétuo chanceler.

Moura argumenta que esse processo de “invenção de tradições” do Itamaraty, como assim o denomina, do qual o personagem Barão do Rio Branco é essencial, foi baseado intensamente na produção de duas biografias sobre essa figura histórica (que ainda hoje são referências na literatura sobre o ator-personagem do Itamaraty) e na associação do Barão com uma série de rituais, objetos materiais e etapas da vida e da carreira de um diplomata. Por isso, as biografias do barão do Rio Branco que a autora analisa

[...] não podem, portanto, ser vistas fora de um processo mais amplo de *invenção de tradições*. A de Álvaro Lins, por exemplo, é um trabalho de 1945, encomendado por Oswaldo Aranha e Maurício Nabuco por ocasião do planejamento das comemorações do centenário de nascimento do Barão. Esse ano é fundamental para a consolidação do nome de Rio Branco como patrono da diplomacia brasileira. Datam de 1945 o decreto-lei que considera data de comemoração cívica nacional o dia 20 de abril daquele ano, quando se completa o primeiro centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos; o decreto-lei 7.473 que cria o Instituto Rio Branco e o decreto-lei 7.547, que institui a medalha comemorativa do centenário do nascimento do Barão do Rio Branco. Todos esses decretos são assinados pelo presidente Getúlio Vargas. Os outros decretos que compõem o processo de invenção da “tradição Rio Branco” são o de fevereiro de 1963, que institui a Ordem de Rio Branco, assinado pelo então presidente João Goulart, e o de 1970, que cria o Dia do Diplomata na data de aniversário do barão do Rio Branco.¹⁴³

O processo de criação da “tradição Rio Branco”, portanto, compreende uma série de manifestações com o fim de consolidar esse personagem como o

¹⁴² O lugar que é concedido a essa figura histórica na árvore genealógica da instituição pode ser observado em diversas referências que a ele são feitas no campo diplomático. Ver, por exemplo, Cardim e Almino, 2002, p.26.

¹⁴³ Moura, *op. cit.*, p.82.

início da árvore genealógica da “família” Itamaraty. Esse processo se desenvolve ao longo da década de 1940 quando o processo de burocratização do serviço público se intensifica com a criação de concursos públicos pelo DASP, do qual não fugiu a carreira diplomática. É relevante observarmos que, desse processo, a elaboração de biografias se mostrou um marco que sobreviveu para além do centenário de comemoração: a biografia de Álvaro Lins¹⁴⁴, por exemplo, continua ainda hoje a ser utilizada, figurando também na lista de livros cobrados no concurso de acesso à carreira. Além das duas biografias produzidas no ímpeto das comemorações do centenário - sendo a outra escrita por Luiz Vianna Filho¹⁴⁵ -, podemos citar apenas alguns trabalhos sobre a vida do Barão produzidos posteriormente¹⁴⁶; não houve, portanto, novas iniciativas biográficas, fato que pode ser explicado apenas parcialmente pela ausência de um conjunto amplo de documentos de autoria de Paranhos.

A importância fulcral que essa trilogia de biografias de Rio Branco na reprodução de seu personagem e na manutenção de seu lugar na memória institucional do Itamaraty nos conduz a examinar mais atentamente esse gênero historiográfico. O efeito político das biografias foi largamente ignorado pela historiografia do século XX, quando a recusa a essa forma de fazer história no século XIX equivalia à recusa da história positivista de grandes homens e feitos:

[n]o século XIX, as biografias tiveram importante papel na construção da ideia de “nação”, imortalizando heróis e monarcas, ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, tradições populares etc.¹⁴⁷

¹⁴⁴ Lins, Álvaro. **Rio Branco (Biografia)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Editora Alfa-Omega, 1996 [1945].

¹⁴⁵ Viana Filho, Luís. **A Vida do Barão do Rio Branco**. Senado Federal: Fundação Alexandre de Gusmão, 1996 [1959].

¹⁴⁶ Ricupero, R. **José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica 1845-1995**. Brasília: Funag, 1995.

¹⁴⁷ Priore, 2009, p.8. No Brasil não foi diferente. No século XIX, e mais especificamente durante o Segundo Reinado, diversos foram os esforços para consolidar a identidade nacional e produzir uma história cheia de fatos e homens que personificasse a nação brasileira. Este é, assim, um período no qual a biografia é empregada politicamente para retratar uma época e modelar padrões de comportamento. Não é de se estranhar, portanto, que os homens do período tenham investido fortemente na escrita de suas próprias memórias ou na de homens exemplares. Temos, por exemplo, a biografia que Joaquim Nabuco escreve sobre o seu pai, cujo título é sugestivo da função que ela viria a cumprir na escrita da memória de sua família e mesmo de sua trajetória política: *Um estadista do Império*. Ainda mais sugestivas são as autobiografias de Nabuco, *Minha*

Contudo, o pequeno retorno que hoje se experimenta no campo da história política trouxe à tona novas reflexões sobre esse gênero historiográfico, em especial do potencial de este servir como exemplo para os homens e como narrativa indireta de uma época, ou ainda apontou os problemas metodológicos de se considerar como produtos imparciais autobiografias, memórias, relatos, entre outros. É sobre essa nova luz que devemos analisar o impacto das biografias de Rio Branco escritas no centenário de seu nascimento: a imortalização de um personagem que, mais que um herói¹⁴⁸, é o próprio patriarca, a personificação da instituição. Dessa forma,

[as biografias] [s]ão obras literárias que, assim como os bustos, medalhas e rituais do Dia do Diplomata, compõem o *personagem* Rio Branco como símbolo da diplomacia brasileira, capaz de, ao invocar o seu “mito de origem”, criar uma identidade coletiva a partir de uma “tradição” estabelecida. [...]. Por trás dos rituais e dos objetos, há porém uma narrativa mítica da qual as biografias são a principal fonte.¹⁴⁹

Esta “narrativa mítica” é manifestada, produzida e reproduzida conscientemente pelos próprios membros da corporação que se utilizam dela no dia a dia e que a incorporam em sua *ethos* identitário. Poderíamos argumentar que, diferentemente de tantas outras mitologias que necessitam do estudioso para anunciá-las para além do inconsciente coletivo do qual fazem parte, a própria corporação diplomática tem consciência da construção da figura mitológica do Barão. Assim, o sentido simbólico desse personagem não está apenas no nível do inconsciente da coletividade, mas é assumido consciente e deliberadamente como parte integrante da memória institucional do Itamaraty, como se pode observar da afirmação de um diplomata de carreira:

Na historiografia diplomática brasileira existe claramente um a.B. e um d.B, antes e depois do Barão, mesmo se o culto à

Formação, e de Oliveira Lima - *Memórias. Estas minhas reminiscências* –, menos um relato desinteressado de suas trajetórias individuais do que a reconstrução de suas memórias de acordo com o sentido *pos facto* que ambos souberam produzir sobre seus projetos políticos. Nesse sentido, as *Memórias* de Oliveira Lima expressam muito bem essa tentativa de dar um sentido às posições assumidas pelo diplomata em sua carreira, bem como aos embates assumidos com antigos colegas e figuras proeminentes, como Assis Brasil, Rio Branco e seu ex-grande amigo, Joaquim Nabuco.

¹⁴⁸ Conduru, 1998, p.60, e Pereira, 2005, p.2.

¹⁴⁹ Moura, *op. cit.*, p.83.

personalidade não chega às raias do sagrado. Em todo caso, nenhum "rito iniciático", nenhuma "prova de passagem" ou teste de "idade adulta", se pode fazer, na Casa de Rio Branco, sem algum tipo de referência, remissão, citação ou alusão ao velho Barão. Tanta unanimidade poderia fazer sorrir o incauto, um outsider pouco afeto a nossas idiossincrasias diplomáticas ou algum "estranho no ninho", mas não causa maior espécie ou surpresa aos habitués do Itamaraty: afinal de contas, o Barão é o próprio Itamaraty e a imagem do Itamaraty só se construiu, neste século, a partir da figura e da gestão dessa personagem ímpar da transição monárquico-republicana do Brasil.¹⁵⁰

Primeiramente, podemos observar que a narrativa que o autor desenvolve não é remetida à história da instituição nem à sua memória institucional; ela é sim localizada no campo da historiografia diplomática brasileira, o que certamente reforça o argumento de que um dos efeitos do intercâmbio entre a produção de diplomatas e acadêmicos foi exatamente a absorção de mitos próprios ao Itamaraty na escrita de uma história da política externa brasileira. Em segundo, o lugar que Rio Branco ocupa nessa narrativa - apesar de o autor afirmar que o culto a essa personalidade não chega a ser sacralizado, é semelhante ao de Jesus no calendário gregoriano, um personagem utilizado para dividir a história ocidental entre períodos de sua ausência e de sua presença - por isso, "a.B" e "d.B", isto é, antes e depois do "Barão". Em terceiro, o autor reafirma que a figura do Barão é fundamental e está presente material e simbolicamente não só durante o processo de socialização dos novos ingressos, mas durante toda a carreira do diplomata, pois afinal o Barão, enquanto *persona*, personifica a instituição. Nesse sentido,

[o] Barão do Rio Branco é, incontestavelmente, um dos *Founding Fathers* da moderna diplomacia nacional [...]. Em sua donairosa figura talhada num estilo *belle époque*, ele condensa, presumivelmente, o que as tradições nacionais em política internacional produziram de melhor na longa história institucional do Itamaraty. Coincidentemente, sua permanência física no primeiro Palácio que leva esse nome no Rio de Janeiro [...] confunde-se com o próprio surgimento do Itamaraty enquanto cenário da diplomacia brasileira, que foi ali forjada ao longo de sete décadas de regime republicano.¹⁵¹

¹⁵⁰ Almeida, 1996, p.128.

¹⁵¹ Almeida, *op. cit.*, p.125.

Sua “donairoso figura” condensa as tradições nacionais em política internacional. Não sabemos aqui se Paulo Roberto de Almeida, em artigo intitulado “O Legado do Barão”, se refere a tradições estabelecidas durante a gestão de Paranhos ou àquelas produzidas por outros chanceleres a partir de seu nome. O que importa notar é a proeminência do personagem mitológico sobre a figura histórica, pois, afinal

[f]igura solitária no panteão quase deserto dos 174 anos de diplomacia nacional - onde se sobressaem, é verdade, algumas outras fortes personalidades, *vindas entretanto do mundo político*, como Oswaldo Aranha, Raul Fernandes, João Neves da Fontoura, Afonso Arinos de Mello Franco ou San Tiago Dantas - *o Barão é, simultaneamente, uma figura emblemática e o marco fundador de uma política externa posta manifesta e exclusivamente a serviço dos interesses nacionais*. Tendo primeiro construído, segundo suas próprias palavras, "o mapa do Brasil", ele pôde dedicar-se depois à difícil tarefa de consolidar a união e a amizade dos povos sul-americanos.¹⁵²

Homem e símbolo de forma simultânea a ponto de não sabermos quando um começa e outro termina, o Barão não foi apenas um chanceler, como aqueles que o sucederam – que posteriormente vieram a ocupar a cadeira de Rio Branco, na Casa de Rio Branco, tendo sido o Palácio do Itamaraty sua própria residência -; ele é a própria instituição em carne e osso, resultado de um processo de transfiguração, ou assim o percebem os seus sucessores e aqueles que agora fazem parte da Casa:

A reverência para com ele, na Casa, é de praxe, como bem sabem os poucos iconoclastas localizados (e provavelmente isolados pelos demais colegas): não se fala do Barão como de um "simples" chanceler. Ele sempre foi bem mais do que isso: rara combinação de forjador da unidade territorial brasileira e de mentor de uma diplomacia imaginativa, afirmativa e supostamente clarividente - no estabelecimento da chamada "aliança não-escrita" com os Estados Unidos [...].¹⁵³

Os diplomatas, nesta narrativa, não podem se atrever a questionar a santidade do Barão, caso contrário, são rotulados de “iconoclastas” – termo

¹⁵² Almeida, *op. cit.*, p.125-6, grifos meus.

¹⁵³ Idem, p.126.

sugestivo da comparação que Almeida constrói entre a história da Igreja e a do Itamaraty. Pois ele não pode ter sido apenas um dentre outros “chanceleres”, uma figura humana que assume um cargo político; o homem Rio Branco tem que necessariamente estar subordinado ao *Chanceler*. Afinal, ele foi além do que se esperava de um executor, ele conseguiu visualizar e atingir os interesses nacionais e realizá-los sem participar do ambiente auto-interessado da política interna, sem participar das disputas políticas e jogo de interesses, feito compreensível porque o Barão foi “um “retraído” político e um homem de estudo, mais afeito aos gabinetes de leitura do que aos ministeriais [...]. Longe dele a propaganda pessoal ou a busca de cargos políticos [...]”.¹⁵⁴

A narrativa prossegue. Letrado, homem que não se deixava envolver nas disputas políticas por saber trabalhar pelo interesse nacional, aos seus discípulos o Barão deixou ainda um legado de como fazer política externa: não permitir que esta se transforme em uma função das ambições e interesses particulares e não subordinar o Ministério das Relações Exteriores a mudanças de presidentes, com o objetivo único de trabalhar para consolidar os interesses maiores do Estado brasileiro. Assim, deu o exemplo ao ter sabido trabalhar para a consolidação das fronteiras nacionais e para uma inserção internacional mais apropriada às circunstâncias da época.

Referir-se às ações que constituem o legado do Barão de Rio Branco para a diplomacia brasileira é, assim, apontar essas duas conquistas como as principais obras do período. Inevitavelmente, Rio Branco estará associado ao traço final das fronteiras nacionais e será ainda definido como o homem que soube resolver os litígios fronteiriços sem derramar uma gota de sangue e sem implicar em custos permanentes para o Estado brasileiro, fossem estes históricos e/ou financeiros, em uma época em que as relações com os vizinhos na América do Sul eram tudo exceto pacíficas. Ademais, a memória institucional derivará do estilo de negociação do Barão uma série de características que hoje são apontadas como princípios norteadores da atuação brasileira no sistema internacional: o pacifismo, o princípio de não intervenção, a defesa da soberania internacional, entre outros.¹⁵⁵ E, finalmente, coroando essas duas leituras, o legado do Barão

¹⁵⁴ Almeida, *op. cit.*, p.127.

¹⁵⁵ Goes Filho, 2002.

compreenderia também a formação de um “novo paradigma” a partir da já citada mudança de eixo preferencial da política externa da Inglaterra para os Estados Unidos como resultado de um processo de compreensão do Chanceler da mudança que se efetuava no sistema internacional.¹⁵⁶

Os próprios diplomatas tentam compreender o “mistério” da longevidade do Barão na memória da instituição. Por *compreender* leia-se produzir narrativas que justifiquem a permanência desse personagem como patriarca e patrono do Itamaraty. Em um livro dedicado ao centenário do início da gestão do barão de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores, intitulado “Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil” - publicado pela editora do MRE, a Funag (Fundação Alexandre de Gusmão), e resultante de um seminário organizado pela instituição -, encontramos um exercício de resgate e de re-significação do personagem Barão do Rio Branco e de sua memória. Participa deste livro um grande eixo de interpretação presente na literatura que apresenta o Barão como “homem do seu tempo”¹⁵⁷, produto do *Zeitgeist*, o estadista perfeito, pois soube interpretar e trabalhar com as forças históricas a serviço do interesse nacional. Assim o caracteriza o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao afirmar que

[...] ressaltando-se, com isso, o valor da memória no legado dessa instituição, o livro faz jus à personalidade que homenageia. [...] Rio Branco foi devoto de seu tempo, um tempo de transição. Compreendeu os reclamos da época e a eles soube responder. Aqui talvez resida o segredo da longevidade de sua obra. Se o Barão sobreviveu a suas circunstâncias, é porque percebeu os diferentes tempos nelas embutidos.¹⁵⁸

Afirmar que o Barão foi um “devoto de seu tempo” não serve apenas como figura retórica, mas encontra também apoio em abordagens das Relações Internacionais, notadamente àquelas de Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle¹⁵⁹. Como vimos na Introdução, essa historiografia francesa das relações internacionais é baseada na idéia de que existe uma série de forças que organiza a

¹⁵⁶ Almeida, *op. cit.*, p.130.

¹⁵⁷ Ver, por exemplo, como Bueno justifica o fato de metodologicamente analisar a política externa brasileira por meio da figura do barão do Rio Branco. Bueno, 2003.

¹⁵⁸ Cardim e Almino, *op. cit.*, p.15.

¹⁵⁹ Renouvin e Duroselle, 2000.

dinâmica histórica, cabendo aos homens interpretar corretamente o sentido destas forças. Nesse caso, a análise e o estudo da política externa devem centrar-se na figura do estadista, aquele sobre o qual agem as forças históricas. A ele caberá interpretá-las e o sucesso ou o fracasso da política externa de um Estado dependerá da habilidade do seu Estadista em fazer uso das forças históricas à disposição para atingir os desígnios do interesse nacional em seu tempo. Nesse sentido, a permanência de Rio Branco na memória nacional é corroborada pelos pesquisadores que confirmam ser este personagem um modelo de estadista que soube agir com e sobre as forças profundas de seu tempo¹⁶⁰.

Pelo pressuposto que embasava a atuação de Rio Branco no Itamaraty, parece claro que o Chanceler, nas relações com as “forças profundas” que o condicionavam, soube diagnosticar com objetividade as potencialidades e os limites de sua ação. Não foi um caudatário dos condicionamentos nem um voluntarista visionário que a eles se opôs; conseguiu identificar com invulgar precisão sua margem de atuação, com o fim de atender àquela finalidade que se propôs no discurso de chegada: servir o Brasil, otimizando suas possibilidades no plano internacional.¹⁶¹

Se a longevidade do Barão pode ser associada à sua atuação como Estadista que soube aproveitar as forças históricas a seu favor, de forma exemplar e melhor do que qualquer homem de seu tempo, suas conquistas são entendidas como expressão dessa capacidade. Rubens Ricupero, por exemplo, afirma que a longevidade de Rio Branco deve-se ao fato de que este soube interpretar os desejos do povo brasileiro e que ao fato de este contribuir decisivamente para a construção da idéia de Brasil ao terminar o processo de definição das fronteiras nacionais iniciados ainda no Império. Nesse sentido, Conduru subscreve ainda à tese, elaborada por Bradford Burns, de que a aproximação com os EUA foi uma resposta às mudanças no sistema internacional e que essa operação foi realizada pelo chanceler de forma instrumental e pragmática (não idealizada).¹⁶² Contudo, esse legado não só não está circunscrito ao passado, resgatado no discurso contemporâneo como uma referência histórica do que aconteceu, mas possui

¹⁶⁰ Sobre o referendo que pesquisadores conferem às narrativas sobre o Rio Branco, ver o discurso de abertura proferido pelo então chanceler Celso Lafer reproduzido em Cardim e Almino, *op. cit.*

¹⁶¹ Wehling, 2002, p.106-7.

¹⁶² Conduru, *op. cit.*, p.66.

plasticidade para ser utilizado na atualidade de acordo com os projetos políticos dos atores que detêm o poder sobre a construção e atualização da memória institucional. Por isso,

[a]gora, como nos tempos do Barão, o critério básico mantém-se o mesmo: a inserção soberana do País na ordem econômica e política internacional. Quase cem anos depois de concebido por seu mentor intelectual, o modelo fornecido por Rio Branco permanece vigorosamente atual.¹⁶³

Essa “atualidade” do modelo supostamente desenvolvido pelo Barão é construída pelos atores que têm poder sobre o processo de elaboração da memória institucional do Itamaraty, do qual o personagem Barão do Rio Branco é certamente o protagonista do enredo a ser transmitido como “tradição”. Como coloca Kratochwil, a importância de se analisar as narrativas que estabelecem uma determinada tradição e que, por isso, são tomadas como dadas no presente, está exatamente em delinear o projeto político que informou os agentes que participaram de sua elaboração, isto é, as disputas políticas, seus objetivos, interesses envolvidos, etc.¹⁶⁴ Luigi Bonafé, em sua tese sobre a construção da memória de Joaquim Nabuco ao longo do século XX, ao discorrer sobre o mecanismo de construção da memória, argumenta ainda que o processo seletivo de esquecer e lembrar está diretamente articulado com os projetos políticos de quem realiza essa operação em seu presente, pois

[q]uem se envolve nesse tipo de trabalho busca perpetuar uma determinada visão sobre o passado. Esta intenção, contudo, é invariavelmente frustrada. Outros atores, em outros momentos, se dedicam a “atualizar” essa memória. E, obviamente, cada ator enquadra o passado de acordo com sua perspectiva, seus interesses, seu *projeto*.¹⁶⁵

Assim, o legado do Barão será sempre recontado e, assim, atualizado a partir de uma perspectiva interessada em determinado enquadramento de uma de suas faces. O personagem histórico Barão do Rio Branco é múltiplo em suas faces - monarquista, diplomata, intelectual, chanceler, etc. - e isto permite que ele seja

¹⁶³ Almeida, *op. cit.*, p.134.

¹⁶⁴ Kratochwil, 2006.

¹⁶⁵ Bonafé, 2008, p.44-5.

caracterizado de acordo com a versão da história que se quer contar. É isto, por exemplo, que permite que Afonso Arinos de Melo Franco, ex-chanceler, associe ao Barão do Rio Branco a imagem de um intelectual em detrimento de sua atuação como político, caracterização esta cara principalmente à identidade do próprio Afonso Arinos. Nesse sentido, afirma Lafer que

Afonso Arinos de Melo Franco – que sucedeu Horácio Lafer e lançou a “política externa independente”, aprimorada na gestão San Tiago Dantas – faz no terceiro tomo de suas memórias, *Planalto*, espirituosa defesa do Barão contra seus admiradores: “o Barão foi a vida inteira um estudioso, um intelectual desprendido de todas as exterioridades mundanas, e nunca o *salonnard* uniformizado e condecorado (...). Os que defendem suas ‘tradições’ contra a independência e o progresso, defendiam, no fundo, as tradições do mordomo do Barão (...), nunca as *do* Barão.”¹⁶⁶

Além de suas múltiplas faces, os portadores da memória ainda se beneficiam do fato de a figura “Barão do Rio Branco” estar envolta em muitos silêncios, devido especialmente à ausência de fontes primárias ligadas a ele.¹⁶⁷ São poucas as cartas, telegramas e memorandos de autoria de Rio Branco, principalmente porque, após tornar-se chanceler, o barão pedia aos seus correspondentes que queimassem suas cartas e telegramas confidenciais. É por isso que no Arquivo Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro encontramos, no arquivo do barão, em sua maioria cartas remetidas por Paranhos antes de este assumir o cargo de ministro; dessa época, existem poucas cartas e telegramas, pois grande parte dos documentos relacionados à sua atuação como chanceler e disponível no arquivo consiste de minutas e despachos oficiais que foram preservados. Poucos são também os artigos de jornais e escritos de outra natureza a ele associados. Torna-se, portanto, difícil reconstituir uma figura diferente do personagem consolidado pela memória institucional do Itamaraty, e esta pode ser uma chave através da qual poderíamos entender a afirmação de Celso Lafer de que “[o] prestígio do Barão não conheceu, pois, uma contramemória. [...] O consenso em torno do personagem Rio Branco é, pode-se dizer, praticamente

¹⁶⁶ Cardim e Almino, *op. cit.*, p.22, grifos do autor.

¹⁶⁷ A escassez de fontes primárias conduz pesquisadores a se basearem largamente nas biografias produzidas sobre o barão. Para uma enunciação dessa atitude, ver Pereira, *op. cit.*, p.3.

único em nossa história.”¹⁶⁸ Tudo isso não significa dizer, contudo, que a memória sobre o Barão – assim como a dos outros personagens que veremos ainda nesse capítulo – é construída a partir de inverdades. Pelo contrário, todo mito político tem sempre que ter alguma relação com a realidade; caso contrário, o mito perde sua força e se aproxima perigosamente da ficção, não servindo mais aos propósitos aos quais se destina. Dessa forma, a operação de construção da memória e de formação de personagens acontece de forma a selecionar fatos que consolidem a perspectiva que se pretende enfatizar.

Como vimos, toda construção de memória é orientada por projetos políticos dos agentes que atuam em sua elaboração. Com o personagem Barão isso não foi diferente. Dependendo da face política que interessava enfatizar, este já foi associado a muitos projetos políticos de inserção internacional. No final do pós-guerra enfatizou-se o seu legado de aproximação com os Estados Unidos; nos anos 1960, marcante foi o caráter de sua política de vizinhança sul-americana e, mais recentemente, sua atuação passou a ser celebrada como exemplo de tentativa de uma inserção multilateral do Brasil. Assim como salienta o ex-chanceler Celso Lafer em discurso - então Ministro das Relações - que comemorar o Barão do Rio Branco é festejar a própria diplomacia brasileira¹⁶⁹, podemos afirmar que essa comemoração do personagem também é a celebração das diretrizes de política externa em vigor no momento em que é realizada. O então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao discorrer sobre as contribuições de Rio Branco para a diplomacia brasileira simboliza esse movimento ao afirmar que

Rio Branco era, de fato, avesso a opções excludentes. Com sua experiência de Estado, acreditava que o Brasil reunia credenciais para ter aspirações universalistas. Perseguiu aquelas que a época permitia, sempre à luz das necessidades internas. Teve como norte permanente o interesse nacional, dosando, em sua busca, firmeza e conciliação. [...] O país soube explorar a sua vocação universalista [após a gestão do Barão]. Abrimos novas frentes. Redescobrimos a África. Ampliamos a interlocução com a Ásia. Criamos o Mercosul. Elegemos a América do Sul como espaço prioritário.¹⁷⁰

¹⁶⁸ Cardim e Almino, *op. cit.*, p.27.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p.19.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p.16-7.

A gestão e atuação de Rio Branco são enquadradas, assim, em uma leitura que entende, retrospectivamente, suas estratégias de inserção internacional como análogas a um modelo multilateral de associação internacional. Seria este, então, o precursor do universalismo na política externa brasileira, poucas décadas depois de ser identificado como o defensor do monroísmo e, posteriormente, do americanismo? Afinal, como nos lembra Ricupero,

[e]sses dois mesmos problemas [presentes durante a gestão de Rio Branco enquanto chanceler] voltam hoje em dia, a nos desafiar. [...] Novamente nos defrontamos com o problema de encontrar mecanismos para multilateralizar o extraordinário poder concentrado nos Estados Unidos e fazer com que ele seja, de alguma maneira, posto a serviço do conceito de segurança coletiva da Carta das Nações Unidas.¹⁷¹

Mais notável é, contudo, a maneira como Gelson Fonseca Jr. entende a importância e o lugar do pan-americanismo na política externa de Rio Branco. Ao invés de ler este conceito e seu uso como um instrumento de aproximação com os Estados Unidos, como um instrumento de poder para realizar os objetivos brasileiros no sistema internacional ou mesmo como subordinação à hegemonia norte-americana, Fonseca Jr. cristaliza uma interpretação de que a política pan-americana seria um exercício incipiente de multilateralismo. Assim, “[o] fórum multilateral é, portanto, um espaço natural de projeção da política externa brasileira. Rio Branco deu as primeiras pistas de como fazê-lo.”¹⁷² É difícil não associar tais argumentos com a defesa que o chanceler do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, Luiz Felipe Lampreia, fez na *Revista Brasileira de Política Internacional* de um novo modelo de inserção internacional que privilegiasse o multilateralismo através da participação em fóruns e organizações internacionais e da adesão a regimes (como, por exemplo, a adesão ao Protocolo de Kyoto e ao Tratado de Não Proliferação Nuclear [TNP]).¹⁷³

Se, por um lado, é válido observar que há uma relação entre os projetos políticos do presente e a maneira como a memória do personagem Rio Branco é atualizada, por outro, esta dissertação não se destina a analisar extensivamente

¹⁷¹ Ricupero, 2002, p.95-6.

¹⁷² Fonseca Jr., 2002, p.404.

¹⁷³ Lampreia, 1998, p.10-11.

todas as formas pelas quais essa operação foi realizada. Os exemplos acima citados bastam para demonstrar que, além de corporificar a tradição diplomática brasileira, a posição do personagem Barão do Rio Branco como patriarca da instituição tem como função ser flexível o suficiente para servir como modelo e referência aos projetos políticos dos atores interessados na atualização de sua memória; além disso, fica clara a força que essa atividade e o próprio personagem “Barão” têm no discurso político. Afinal, não é difícil encontrarmos na literatura acadêmica, em discursos e em textos jornalísticos o seguinte argumento:

As tradições da diplomacia brasileira, já notáveis no Império, foram consolidadas pelas ações do Barão do Rio Branco, símbolo da "excelência dos serviços prestados ao País pelo Ministério das Relações Exteriores". [...]. A herança do Barão consolidou o papel do Itamaraty como instituição pública que demonstrou grande capacidade em resistir às pressões decorrentes da natural alternância das coalizões que detiveram o poder no Brasil no século 20. Dada esta tradição foi possível construir uma reputação de excelência e preservar posição preeminente na negociação de amplo leque de temas que em muitos outros países são tratados por mais de um ministério.¹⁷⁴

3.2.2.

Ato II: O herói da República

Assim, tanta honra trouxe a Academia a Joaquim Nabuco quanto este a ela. Pois o arauto da liberdade, o apóstolo da Abolição, o historiador imperial, o defensor incansável dos interesses nacionais no exterior, quando o governo republicano exigiu o seu concurso de monarquista convicto, devotou, até o fim (embora quase sempre afastado do Brasil em missões diplomáticas), interesse ativo e constante pela Academia Brasileira. *Nabuco compôs, com Rio Branco e Rui Barbosa – ambos também acadêmicos –, a tríade simbólica das virtudes pátrias na fase de transição entre o Império e a República.*¹⁷⁵

O Barão é o estadista perfeito, aquele que soube consolidar as fronteiras nacionais, estabelecer os princípios de política externa, modernizar a corporação diplomática e responder às novas demandas de inserção internacional do país com base em uma leitura realista do nosso sistema internacional pós Conferência de

¹⁷⁴ Abreu, M. P. Pobre Barão: Itamaraty não leva em conta nem os interesses do país, nem mesmo os da instituição. **O Estado de São Paulo**, 27/10/2003.

¹⁷⁵ Afonso Arinos Filho, 2004, p.46, grifo meu.

Berlim. Soube, portanto, legar à política externa brasileira um modelo – ou paradigma – de como fazer política no cenário internacional.

Sai o patriarca, entra o herói. Em um artigo polêmico, intitulado “Quem precisa de São Nabuco”, Celia Maria de Azevedo defende que houve um processo de canonização da figura de Joaquim Nabuco que perpassaria sua santificação para além de um político que devesse servir como modelo para a sociedade. Este não seria apenas o herói abolicionista e o primeiro embaixador brasileiro, nem tampouco autor de grandes obras literárias que figuram dentre os cânones dos intérpretes do Brasil¹⁷⁶. Na verdade, para ela, sua figura gera incontestável unanimidade de apreciação, dificultando a crítica historiográfica de sua atuação, o que o mantém ainda hoje como um símbolo de admiração constantemente reforçado em obras que vão de artigos de jornais a textos acadêmicos.¹⁷⁷

Se Azevedo está preocupada com a construção e canonização da figura de Nabuco na historiografia brasileira e, em especial, com a sua associação a uma leitura benéfica da sociedade escravocrata do século XIX, Luigi Bonafé analisa o processo mais amplo de heroificação de Nabuco durante o século XX. Sua análise concentra-se em três momentos específicos que atuaram na construção da memória de Nabuco a partir da valorização de uma face distinta de sua atuação: temos, em 1910, a heroificação de sua atuação enquanto embaixador; em 1945 a disputa dessa narrativa com seu feito abolicionista e com a rotulação do “político de Pernambuco”; e, finalmente, em 2005, uma releitura dos feitos abolicionistas de Nabuco novamente em favor de sua atuação americanista. Esse processo de análise é importante, pois demonstra como

[t]odo mito político, contudo, refere-se a algo que *realmente aconteceu*. Os diferentes *olhares* sobre a vida do herói têm a ver, portanto, com representações diversas acerca de supostos fatos do próprio período em que o primeiro embaixador brasileiro ainda estava vivo. São as diferentes maneiras de

¹⁷⁶ Como afirma Cecília Helena de Oliveira, “[n]esse sentido, poder-se-ia asseverar que as obras de Joaquim Nabuco contribuíram de modo incisivo para a formulação de um fundo-comum de argumentos, interpretações e informações, por intermédio dos quais se observam e se definem a conformação do Império e os processos políticos e sociais do Brasil, no século XIX e no início do XX. Vistos como balizas, e não como produção política e intelectual, passível de problematização e historização, os textos de Nabuco foram engrandecidos em razão da importância adquirida pelo autor no movimento abolicionista e também por força da repetição contínua de suas descrições e afirmações, em inúmeros outros trabalhos, ainda que sob formulações diferentes.” Oliveira, 2009, p.234.

¹⁷⁷ Azevedo, 2001, p.87.

contar a vida de Joaquim Nabuco que motivam as disputas em torno da sua memória.¹⁷⁸

Como aponta Bonafé, a construção da memória de Joaquim Nabuco foi permeada pela disputa entre faces de sua atuação, especialmente entre sua atuação como abolicionista, homem de Pernambuco e político nacional, e entre o Nabuco diplomata, monroísta convicto e primeiro embaixador em Washington. Em 1949, quando do centenário de nascimento de Nabuco, o deputado Gilberto Freyre tomará como projeto individual reconstruir a memória do herói, até então marcada por sua atuação enquanto diplomata, para então substituí-la pela ênfase no Nabuco nordestino, representante do Parlamento brasileiro preocupado com as questões nacionais.¹⁷⁹ A memória disputada por Gilberto Freyre em 1949 e o personagem Nabuco que este tentaria reconstruir teriam sido, segundo Bonafé, instituídos ainda na Primeira República em processo que se seguiu imediatamente à morte de Nabuco. Para o autor, o Palácio Monroe, lugar onde se realizou o velório de Nabuco na cidade do Rio de Janeiro em 1910, seria indicativo da perspectiva e da face que se valorizaria então neste primeiro momento de heroificação¹⁸⁰.

A realização do Congresso Pan-Americano sob a presidência de Nabuco e a exposição do seu corpo à visitação pública neste mesmo lugar se inscrevem numa única lógica: associar a imagem do herói da Abolição à diplomacia *monroísta*. Em uma palavra, converter Nabuco em herói da República e consagrar a política externa republicana ao pan-americanismo que o chanceler brasileiro trabalhava para consolidar.¹⁸¹

A consagração de Nabuco após sua morte como herói republicano e primeiro embaixador brasileiro teria sido, segundo o autor, apoiada pelo barão do Rio Branco em uma de suas estratégias para confirmar simbolicamente a política

¹⁷⁸ Bonafé, *op. cit.*, p.126, grifos do autor.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p.54.

¹⁸⁰ O autor afirma que “[o] velório do Barão do Rio Branco, por exemplo, teria lugar no Palácio Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores; Machado de Assis foi velado na Academia Brasileira de Letras, da qual era fundador; Afonso Pena, no Palácio do Catete, sede do governo federal. Neste sentido, o lugar do velório se convertia, poderíamos dizer, em *lugar de memória*.” *Ibidem*, p. 108, grifo do autor. Interessante notar que todos os três atores mencionados pelo autor nessa passagem participavam do mesmo círculo de sociabilidade de Nabuco desde pelo menos final do século XIX.

¹⁸¹ *Ibidem*, p.109, grifo do autor.

pan-americana do ministro das relações exteriores¹⁸². Nesse sentido, entende Bonafé que a determinação de qual face de Nabuco seria privilegiada nos rituais cívicos que compuseram sua consagração a herói nacional em 1910 foram determinados pela influência que Rio Branco exercia naquele momento no IHGB e na Academia Brasileira de Letras (ABL), instituições que tiveram destaque na promoção e organização das comemorações identificadas com o seu velamento.

Aparentemente, foi essa aliança, sutil, simbólica, tácita, entre Rio Branco e os homens de letras da capital da República que fez dos funerais de Nabuco em 1910 o momento da consagração do primeiro Embaixador da República, mais do que do líder abolicionista. Mudanças posteriores na correlação de forças estabelecida entre os múltiplos atores envolvidos na heroificação de Nabuco – e na própria composição dos conjuntos de atores devotados a esta tarefa – dariam ensejo, em outros momentos, a diferentes variações nos *olhares* produzidos sobre o herói, como ficaria evidenciado em 1949, por exemplo.¹⁸³

Importa, portanto, notar que, assim como ocorre com o personagem Rio Branco, a memória de Joaquim Nabuco sofreria uma série de releituras ao longo do século XX que determinariam a face de Nabuco a ser privilegiada em função dos projetos políticos dos autores envolvidos em sua consagração. Há uma feição do processo de construção da memória de Nabuco ainda a ser destacada, pois “[a] construção de uma narrativa mítica da vida e dos feitos do patrono da diplomacia republicana tem muito a ver com a desvalorização da atuação de Joaquim Nabuco como primeiro embaixador brasileiro em Washington.”¹⁸⁴

Como nota Bonafé, em algum momento as narrativas do Barão e de Nabuco se encontram. Nesse sentido, cumpre notar que uma determinada caracterização que se faz comumente da figura do Barão depende de um julgamento negativo acerca da atuação de Nabuco como chefe da embaixada brasileira em Washington. Como vimos na seção anterior, as características que compõem o personagem Barão remetem somente a aspectos positivos e fundacionais da diplomacia brasileira. Um deles é certamente seu sucesso na definição das fronteiras nacionais. A esse respeito, afirma Bonafé que

¹⁸² Bonafé, *op. cit.*, p.98 e 119.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 120, grifo do autor.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p.219.

[c]umpre notar, entretanto, que lembrar de Rio Branco a partir deste *olhar* [em sua atuação na solução dos conflitos lindeiros do Brasil], focado sobre *face* menos controversa da trajetória pública do herói, constitui uma escolha dos atores de sua consagração [em especial, o Itamaraty]. Esta memória, que foi fixada em 1945 e sobreviveu quase sem alterações até o início do século XXI, obedece a um critério de seleção que termina por minimizar a importância de outros aspectos da gestão do barão à frente do Ministério. [...] Não seria absurdo afirmar que esse enquadramento da memória sobre Rio Branco atende à necessidade de evitar polêmicas que poderiam dificultar o processo de sua heroificação.¹⁸⁵

O autor segue afirmando que, embora no campo político a operação da construção da memória sobre o Barão pudesse ter realizado essa seleção e instituído a ênfase sobre uma atuação menos politizada, o mesmo não pôde ocorrer com a literatura acadêmica (que o autor identifica com o conjunto de obras escritas por diplomatas e historiadores sobre o tema), que precisou confrontar a escolha do Barão em deslocar o eixo da política externa brasileira de Londres a Washington. Nesse sentido, argumento que, se não esquecida, a vertente monroísta do Barão passa a ser enquadrada numa leitura que a qualifica como uma escolha propositalmente pragmática, colocada a serviço de uma causa maior e instrumentalizada para realizar desígnios que contemplassem o interesse nacional.¹⁸⁶

Caracterizá-la como *pragmática* é reafirmar por outros meios a versão do estadista perfeito. Nessa leitura, o Barão, pragmático e *realista* pôde realizar os desígnios nacionais por meio do exercício de uma política de prestígio e de poder que nada possuía de ingênua quando propunha uma associação especial com os Estados Unidos. Bonafé, ao destacar os mitos ligados à atuação de Rio Branco à frente do Itamaraty - em especial seu *realismo* de origem européia pelo qual pautava suas decisões de política externa -, concede atenção ainda ao mito da amizade eterna entre o Barão e Nabuco, em que este é colocado em posição filial de admiração e devoção ao patriarca.¹⁸⁷ Se esse mito já foi relativizado,

¹⁸⁵ Bonafé, *op. cit.*, p.221, grifos do autor.

¹⁸⁶ Ver esse tipo de interpretação, por exemplo, em Bueno, 2003, e Clodoaldo e Bueno, 2008, Cardim e Almino, *op. cit.*, entre outros.

¹⁸⁷ Veja, por exemplo, reprodução deste mito em Cardim e Almino, *op. cit.*, p. 47, e em Vinhosa, 2002, p.165.

[...] persiste uma outra construção [...]. Aquela que toma Nabuco por um “idealista”, em oposição a uma caracterização muito bem construída, consolidada e reeditada do barão como um estrategista exemplar, sempre pragmático e, no caso do alinhamento com os Estados Unidos, muito mais realista que o primeiro embaixador naquele país.¹⁸⁸

O autor aponta, ainda, que no terreno das Relações Internacionais e no campo de estudo de política externa, a partir do qual falam diplomatas e acadêmicos, o termo “idealista” não adquire um sentido positivo. É nesse sentido que Silva qualifica a atuação de Nabuco em paralelo com a concepção realista de Rio Branco, como tendo sido “até mesmo mais ‘realista que o rei’”.¹⁸⁹ Caminhando nesta linha de pensamento, poderíamos afirmar que, longe de o termo remeter ao romântico oitocentista, o “idealismo” caracteriza o iludido, o mal político, aquele que não sabe enfrentar os desafios e/ou se aproveitar das possibilidades que o sistema internacional proporciona. É o epíteto de um estadista inadequado, senão, a imagem da sombra futura do fracasso.

Nabuco, nessa leitura, não entendia as mudanças que ocorriam no cenário internacional. Diferentemente do Barão, que as compreendia e sabia utilizá-las a seu favor, Nabuco apenas as intuía e estava, por isso, fadado a implementar as decisões e ordens do ministro com excessivo rigor e pouco juízo crítico, feições acentuadas por sua natureza romântica e por seu gênio idealista, características que conformam a sua formação excessivamente europeizada, presente mesmo quando se afirmava um americanista¹⁹⁰. Esta narrativa é um exemplo da reprodução do “mito do idealista” e do “mito do europeu”¹⁹¹, ambos complementares e formadores de um juízo acerca da atuação de Nabuco e de sua política pan-americanista.

O fundamental é perceber que a caracterização de Nabuco como um *idealista entusiasmado* na promoção de um “alinhamento incondicional com os Estados Unidos” serviu a um projeto bem claro. Trata-se do elogio e da consagração do “pai fundador” da diplomacia brasileira como estrategista “realista” na condução da aproximação com a potência que se projetava sobre as

¹⁸⁸ Bonafé, *op. cit.*, p.226.

¹⁸⁹ Silva, 1995, p.102. Ver também Andrade, 1978[1950], p.44.

¹⁹⁰ Nogueira, *op. cit.*, p.277; ver também p.280.

¹⁹¹ Para uma defesa de que Nabuco seria um “americano” e não um “europeu”, ver Andrade, *op. cit.*

Américas. Construída por oposição a esta imagem, quase como uma projeção no espelho, a interpretação da atuação do primeiro embaixador brasileiro ficou, assim, encoberta pela sombra do barão, obscurecida pelo interesse de forjar e perpetuar o *mito de origem* da diplomacia brasileira.¹⁹²

Se a literatura acadêmica não pôde ignorar a atuação do Barão no processo de aproximação com os Estados Unidos, ela também a despolitizou através de seu enquadramento com base em uma visão negativa da política de Nabuco em Washington, colocando-o sobre a “sombra do Barão”¹⁹³. Seu monroísmo era o mais idealista e sua admiração aos Estados Unidos foi ainda desproporcional aos objetivos do Chanceler, este muito mais pragmático e realista.¹⁹⁴ É, portanto, com base em leituras acerca da política (pan-) americana da Primeira República que uma série de mitos políticos sobre essas duas personagens – o patriarca e o herói – são construídos e alimentados ainda hoje. Enquanto que no caso da personagem Rio Branco as biografias são os principais instrumentos de consolidação de uma determinada memória, para o personagem Nabuco fundamentais são os livros sobre sua atuação como embaixador em Washington e sobre a política pan-americana que ele tentou implementar. Mais importante que aspectos de sua vida, são as idéias de Nabuco enquanto embaixador que alimentam a re-significação e a apropriação de sua memória, não sendo aleatório que grande parte destes livros tenha sido escritos por diplomatas ou por agentes políticos ligados à política externa.¹⁹⁵

Esse processo de re-escrita e re-interpretação das idéias de Nabuco em sua função de embaixador por diplomatas segue até hoje. Em comemoração ao centenário do falecimento de Nabuco em 1910, a Academia Brasileira de Letras convidou uma série de diplomatas para homenagear seu fundador, dentre eles o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Em um discurso que homenageava as diversas faces de Nabuco baseada na leitura de textos acadêmicos e mesmo em uma recente biografia sobre o personagem, Amorim remete diretamente a Nabuco uma série de diretrizes implementadas durante sua

¹⁹² Bonafé, *op. cit.*, p.228-9, grifos do autor; ver também p.245.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Vinhosa, *op. cit.*, p.168.

¹⁹⁵ Pereira, *op. cit.*, p.3.

gestão na política externa brasileira.¹⁹⁶ Para ele, Joaquim Nabuco não foi apenas um político que associou o futuro do Brasil às suas vizinhas sul-americanas. Se “[o] decantado pan-americanismo de Nabuco por vezes oculta a importância que ele atribuía às relações com os países vizinhos mais próximos”¹⁹⁷, podemos rastrear, segundo o autor, duas prioridades da política externa contemporânea no pensamento do primeiro embaixador em Washington: o impulso integracionista na América do Sul e a prioridade conferida pelo governo brasileiro à região.¹⁹⁸

Reformador político e social, integracionista e sul-americano. Joaquim Nabuco está presente em muitos movimentos da diplomacia contemporânea. Não seria de se estranhar, assim, que sua face abolicionista conjugada com seu impulso integracionista fosse consolidada como uma leitura da aproximação entre o Brasil e os países africanos, mais uma das diretrizes do governo do qual Amorim foi chanceler. Assim, “[p]ôde-se rastrear, no pensamento de Joaquim Nabuco, a solidariedade regional – e por que não dizer as afinidades afro-americanas? – como um princípio de ação diplomática.”¹⁹⁹ Através, portanto, da re-leitura de e re-significação das idéias e conceitos empregados por Nabuco, inseridos em uma contextualização histórica construída sobre textos acadêmicos, o autor consegue associar os princípios mais caros da política externa contemporânea ao prestígio de Nabuco como intelectual e político representante dos intérpretes brasileiros e personagem do panteão da diplomacia brasileira. Dessa forma, além de pensador da América do Sul, integracionista e promotor da relação entre Brasil e África, teria sido também Nabuco um dos responsáveis pela implementação de uma estratégia multilateral pela diplomacia da Primeira República, presente ainda hoje:

Não é exagerado crer que o Brasil, desde aquele momento, desenvolveu uma visão verdadeiramente multilateralista das relações internacionais. [...] A preocupação, respectivamente de Rui e Nabuco, com a universalidade dos princípios e com a preservação da soberania nacional, resultou o histórico compromisso brasileiro com uma ordem internacional fundada em regras.²⁰⁰

¹⁹⁶ Amorim, 2010, p.18.

¹⁹⁷ Ibidem, p.36.

¹⁹⁸ Ibidem, p.37.

¹⁹⁹ Ibidem, p.44.

²⁰⁰ Ibidem, p.34.

A reintegração do herói é realizada através de uma re-leitura de suas idéias de forma que estas funcionem como ponto de origem das diretrizes atuais de política externa em uma perspectiva genealógica que remete ao acervo diplomático da Primeira República as escolhas políticas contemporâneas. Nessa narrativa, se o herói passa a ser reintegrado, a tríade desse panteão da memória passará a ficar completa com a lembrança de um personagem estrategicamente esquecido pela história institucional do Itamaraty: o seu “Dom Quixote Gordo”.

3.2.3.

Ato III: Quando o filho pródigo não torna à Casa

De fato, transparece de sua vida uma sensação de trajetória interrompida, que perpassa e transcende as mais diferentes avaliações da vida e da obra do historiador pernambucano, de tão fugidia memória até um período ainda bem recente de nossa *République des lettres*.²⁰¹

Gilberto Freyre, responsável pelo enquadramento da face abolicionista de Nabuco nas comemorações do centenário de seu nascimento, foi também o autor da alcunha reproduzida por Paulo Roberto de Almeida a respeito de Manuel de Oliveira Lima. A idéia de “quixotismo” a qual remete o apelido, refere-se à posição que Oliveira Lima ocupou no debate sobre o pan-americanismo no Brasil nos primeiros anos do século XX. Sua oposição à política de aproximação com os Estados Unidos ficou estampada em uma série de artigos publicados no *Estado de São Paulo* entre os anos de 1903 e 1906, reunidos posteriormente em livro publicado em 1907.

O lugar desse diplomata de carreira no panteão diplomático é certamente inferior à tríade a qual se referiu Afonso Arinos Filho – Rio Branco, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Conhecido também como o “diplomata dissidente”, Manuel de Oliveira Lima é mais referido na literatura acadêmica por sua atuação como historiador do período joanino e da história da diplomacia brasileira, a ponto de ser intitulado “historiador-diplomata”²⁰² por uma de suas biógrafas²⁰³. Se, como

²⁰¹ Almeida, 2004, s/p.; ver também 2002.

²⁰² Malatian, 2001.

coloca Bonafé, o personagem Nabuco viveu durante muito tempo à “sombra do Barão”, podemos afirmar que a memória do diplomata Oliveira Lima foi por muito tempo enterrada sob as suas disputas com Rio Branco. Assim, Oliveira Lima, “considerado uma espécie de ‘anti-Rio Branco’”²⁰⁴,

[c]om efeito, enquanto “ator” e “formulador” da diplomacia brasileira, ele aparece, *toutes proportions gardées*, como uma espécie de êmulo intelectual e diplomático do Barão do Rio Branco, não fosse pelo seu espírito provocador, suas imprudências e precipitações, sua “incontinência da pena”, justamente acusada por contemporâneos, sua vaidade (de certa forma legítima, em vista da importante obra realizada, desde muito jovem), seus repentes e sinceridade *déroutante*, quando não chocante, **seu caráter, por fim, de “diplomata dissidente”, dentre algumas das características multifacéticas desse Dom Quixote Gordo que foi Manuel de Oliveira Lima, no dizer de Gilberto Freyre.**²⁰⁵

Paulo Roberto de Almeida - diplomata de carreira e autor de artigos sobre a memória de Oliveira Lima enquanto diplomata²⁰⁶ - parece tentar resgatar esse personagem de seu esquecimento no panteão diplomático através de uma estratégia compreensível apenas à luz do desenvolvimento do próprio Itamaraty. Almeida não reconstrói durante a execução dessa estratégia a imagem de dissidente nem de rebelde político, que ousou questionar as diretrizes de Rio Branco como um filho mimado, mas confere um sentido apolítico a essa oposição ao afirmar que

[e]nquanto funcionário de uma categoria normalmente disciplinada, ele [Oliveira Lima] se permitia fazer críticas ao serviço exterior brasileiro e aos seus próprios colegas (em privado), demonstrando, em vários aspectos, uma total independência de espírito e forte motivação para a inovação. **Suas atividades de “escrevinhador” público (historiográfico e jornalístico) não se deixavam deter pelo que se denomina de “conveniência diplomática”, uma vez que ele se permitia abordar questões sensíveis (como as relações com os Estados Unidos) com a mesma liberdade mental de um simples acadêmico.** Em suma, como o próprio Barão, ele também foi único e incontornável, mas talvez a história tenha sido ingrata

²⁰³ Borges, 2007, p.15-6.

²⁰⁴ Almeida, 1996, p.130.

²⁰⁵ Almeida, *op. cit.*, s/p., grifo meu.

²⁰⁶ Cardim e Almino, *op. cit.*, Almeida, 2002 e 2004.

com ele, vítima que foi de incompreensões de colegas e de vários *faux-pas* por ele mesmo provocados.²⁰⁷

Ao descrevê-lo como um intelectual que não subordinava suas opiniões ao seu estatuto como funcionário do Estado, Almeida procura subscrever as atividades políticas de Oliveira Lima a uma lógica moderna de independência de pensamento desenvolvida com mais intensidade no século XX. Dessa forma, as ações que poderiam ser vistas como manobras políticas realizadas por meio de sua produção intelectual (especialmente em artigos de jornais e discursos) para movimentar sua posição dentro do próprio campo diplomático – como argumentarei a seguir – nada mais são do que uma crítica intelectual e, segundo o autor, a partir da produção acadêmica desse personagem, pois

[...] sendo este [Oliveira Lima] mais caracteristicamente um acadêmico e homem de letras do que um espírito prático, o que aliás pesaria em seus julgamentos e atitudes quando se desempenhou mais tarde como funcionário diplomático.²⁰⁸

A primazia de seu caráter intelectual e acadêmico sobre sua atuação como diplomata de Estado justifica o posicionamento crítico que Oliveira Lima dispensou não só às diretrizes de política externa de então, mas também à constituição da própria corporação diplomática. É claro, para Almeida, que o esquecimento desse personagem na memória institucional do Itamaraty é uma injustiça por não compreender sua atividade *avant garde* enquanto intelectual diplomata ou diplomata-acadêmico²⁰⁹. Assim,

o julgamento da história e o da Casa de Rio Branco foram severos, materializados num quase esquecimento, em total contradição, no entanto, com o seu pioneirismo modernizador [...].²¹⁰

“Pioneirismo modernizador” por apresentar uma situação e uma caracterização da atuação diplomática com as quais o autor certamente se

²⁰⁷ Almeida, *op. cit.*, a/p., grifo meu.

²⁰⁸ Almeida, 2002, s/p.

²⁰⁹ Para essas categorias, ver Pinheiro e Vedoveli, *op. cit.*.

²¹⁰ Almeida, *op. cit.*, s/p.

identifica e que se torna mais comum especialmente a partir da década de 1970 quando se intensifica o intercâmbio entre a instituição diplomática e a academia de relações internacionais, diálogo sobre o qual nos referimos já no início deste capítulo. Seu resgate do personagem Oliveira Lima no panteão da memória institucional é, portanto, uma leitura de sua própria atuação enquanto diplomata e estudioso no Itamaraty contemporâneo. À luz desse enquadramento, Almeida consegue despolitizar a própria ação de Oliveira Lima, polêmica justamente por revelar as disputas políticas que cercavam a gestão de Rio Branco. Dessa forma, Almeida tenta resgatar a memória de Oliveira Lima em uma versão mais palatável ao Itamaraty contemporâneo. Finalmente, mesmo esse resgate contemporâneo desse personagem para o campo da corporação diplomática operacionalizado pelo autor consegue manter a narrativa oficial sobre a relativa coesão que identificou por muito tempo a gestão do Barão:

Rio Branco, por certo, respeitava o direito de Oliveira Lima manter suas opiniões pessoais sobre o que quer que fosse, mas tinha uma opinião formada sobre as diferenças entre situação pessoal e condição funcional do diplomata: “o cidadão pode opinar como entender, o diplomata só tem uma opinião, que é a do governo”. A despeito disso, a gestão do Barão foi marcada por um clima de relativa tolerância em relação a dissidências como a de Oliveira Lima.²¹¹

3.2.4. **Ato IV: Epílogo**

O que observarmos nas subseções anteriores é o fato de o panteão diplomático da memória institucional do Itamaraty – imagem que utilizamos aqui metaforicamente para simbolizar o campo de personagens celebrados positiva ou negativamente pela narrativa que compõe a memória da instituição - ter como seus principais personagens figuras históricas da Primeira República, período ao qual é remetida a celebração do momento fundacional da moderna diplomacia brasileira. Ao lado da figura do patriarca e patrono - o próprio Rio Branco - pudemos observar a construção da imagem do herói da República e a memória apagada do Dom Quixote da diplomacia. Suas memórias foram construídas e reconstruídas não só de acordo com os projetos políticos dos agentes responsáveis

²¹¹ Almeida, *op. cit.*, s/p.

por sua elaboração, mas sempre de forma relacional com a imagem do Barão do Rio Branco, seja à sua sombra ou em uma espécie de anti-Barão.

Este momento, considerado como o período de fundação da diplomacia brasileira contemporânea, é construído sobre uma série de mitos políticos que transformaram figuras históricas em personagens que compõem a narrativa da instituição. Tais mitos políticos se baseiam em uma determinada leitura da realidade, construída a partir da seleção de fatos e da produção de versões com o intuito de flexibilizar e formar consensos em torno de um enquadramento específico sobre uma (ou mais) face da atuação histórica de um personagem. Por meio dessa flexibilidade e da reprodução de mitos a eles associados, tais personagens podem ser constantemente atualizados e reconstruídos no discurso político sem, contudo, contradizer características primordiais do personagem de forma a preservar sua função simbólica na instituição.

Essas narrativas são ainda construídas sobre uma série de silêncios acerca da atuação desses personagens, o mais importante deles sendo o caráter eminentemente político, em termos de participação em disputas pela vitória de objetivos, interesses e projetos específicos, do campo diplomático da Primeira República. Suas narrativas são despolitizadas e os conceitos que manipularam no intuito de marcar suas posições são tratados pela memória institucional como conceitos trans-históricos que, apesar de terem sido produzidos e empregados nas disputas que envolveram a política de aproximação com os Estados Unidos durante a gestão de Rio Branco, atravessam sem modificações fundamentais os diversos momentos da política externa brasileira.

Dessa forma, cabe perguntar por que é tão difícil encontrar trabalhos que analisem os projetos políticos desses três atores e seu relacionamento no início da República para além das produções mitológicas que são realizadas pelo “círculo do Itamaraty”, ou seja, por diplomatas e acadêmicos comprometidos com a reprodução de um saber consolidado pela memória institucional do Itamaraty e que (des)aparece em uma série de não-ditos em seus textos²¹² sobre o tema? E ainda por que é interessante para a perpetuação da tradição diplomática, que é continuamente veiculada e re-significada em suas atualizações, manter silêncios

²¹² De Certeau, 1982.

sobre as atuações de Rio Branco, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima durante a Primeira República?

O próximo capítulo tentará recuperar o ambiente densamente politizado em que esses agentes históricos atuavam de forma a responder a alguns desses silêncios. Por meio da análise dos debates sobre o tipo de inserção internacional a que competia o Brasil executar e dos quais participavam, poderemos situar os projetos políticos que cada um desses agentes defendia e as estratégias que utilizaram para tentar implementá-los. Será ainda através da análise dos conceitos que formulavam e empregavam e de sua relação com a gramática disponível em seu ambiente de atuação que poderemos perceber os lances que estes agentes realizavam na dinâmica política para definir que tipo de política externa cabia aos seus responsáveis então implementar.